



**IMPRESSO**

**Impresso  
Especial**

9912205911 - DR/ES  
Sidijudiciário

**CORREIOS**

# Sindijudiciário **ES**

Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado do Espírito Santo - Ano XIV - Nº 58 - Abril de 2014

## SERVIDORES MOBILIZAM-SE POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

**C** Servidores sindicalizados e outros não, protagonizaram uma cena histórica há muito tempo não vista no Judiciário capixaba. Vestindo roupas pretas em sinal de luto por melhores condições de trabalho e salário eles fizeram várias mobilizações (assembleias) empunhando faixas com dizeres pedindo data-base e outras demandas da categoria. Gritando palavras de ordem, eles reivindicaram o que há muito tempo é negado aos servidores. (Págs. 06 e 07)



Servidor fala sobre  
mobilização

**Pág. 02**

Sindicato visita comarcas  
do Interior

**Págs. 08 e 09**

Relato estarrecedor de servidora  
aposentada por L.E.R

**Págs. 12 e 13**

## EDITORIAL

A partir desta edição, o Sindijudiciário usará nova logomarca que estará visível em todas as publicações do Sindicato, bem como o nosso Jornal. Como fizemos na penúltima edição, trazemos, na coluna 'Gente que faz', um sindicalizado para contar um pouco de sua história e experiência vivenciada no Judiciário. Para este número conversamos com o aposentado, Amilton Torquato Oliveira, 76 anos, que foi motorista do Tribunal de Justiça por 37 anos.

Já na coluna 'Fala Servidor', contamos com a participação do Analista Judiciário 02, Bruno Fabres, que conta um pouco de sua história, participação, experiência e impressões a respeito das mobilizações do Sindicato.

Um tema recorrente e que nunca é demais ser explorado e divulgado é o Assédio Moral. Nessa edição, republicamos interessante matéria sobre o tema, publicada na Revista ISTO É, edição de 09/04/14.

Para comemorar o Dia Internacional da Mulher, o Sindicato promoveu ações no Tribunal de Justiça, Fórum de Linhares, Cachoeiro de Itapemirim e Venda Nova do Imigrante. Acompanhe matéria informando como o evento aconteceu.

O final do mês de março e início de abril foi bastante movimentado. Iniciou-se a campanha salarial e os servidores decidiram, após anos de espera, endu-  
recer o diálogo com o TJES.

Várias manifestações foram realizadas, caminhadas, e assembleias em frente ao Fórum de Vitória e ao Tribunal de Justiça. No interior do Estado, os servidores também acompanhavam o movimento usando roupas pretas em sinal de luto por melhorias nas condições de trabalho e salário.

As viagens da Diretoria para mobilizar a categoria e verificar condições nos locais de trabalho continuam. Já foram mais de vinte comarcas visitadas desde o início da atual gestão do Sindicato. Acompanhe matéria com fotos.

O leitor ainda poderá acompanhar o relatório dos principais processos no Setor Jurídico e andamento de requerimentos feitos à Presidência e Corregedoria do TJES.

Em uma matéria especial, mostramos a situação estarrecedora de uma servidora que conseguiu aposentadoria após constatada doença ocupacional.

Uma notícia 'quentinha' para o servidor é que agora, por determinação do CNJ, os Tribunais terão que apurar e solucionar os casos de desvios de função.

Eis que surge uma luz no fim do túnel. O TCE firmou acordo com o Governo do Estado para apurar valores dos precatórios da Trimestralidade.

Acompanhe essas e mais notícias em nosso jornal. Boa leitura.

*Wanderley José do Carmo  
Diretor de Comunicação,  
Imprensa e Divulgação*

## FALA SERVIDOR

# SERVIDOR FALA SOBRE EXPERIÊNCIA NA MOBILIZAÇÃO

*"Pecar pelo silêncio, quando se deveria protestar, transforma homens em covardes"*

*Abrahan Lincoln*

**E**ntrei na estrutura do Poder Judiciário em meados do mês de dezembro do ano de 2011. Neste período tive a impressão de que teríamos melhorias em vários aspectos, impressão esta que trazia comigo mesmo antes de entrar na estrutura do Poder Judiciário.

No entanto ao passar do tempo verifiquei que na verdade as melhorias não viriam com tanta facilidade.

Senti nesse período que a categoria estava muito desmobilizada, desmotivada e descreditada com a luta sindical.

A categoria entendeu que havia a necessidade de mudança de postura, para que os pleitos fossem atendidos.

Nessa nova gestão sindical verificamos a possibilidade de reivindicar melhorias que vinham sendo "ignoradas" há muitos anos, realizamos mobilizações, negociações e requerimentos em busca dessa valorização.

Em que pese as mobilizações terem sido "tímidas", demos um grande passo em busca da politização e participação da categoria.

Precisamos entender que uma categoria só consegue de forma efetiva concretizar seus objetivos quando permane-



ce unida, lutando pelos seus ideais.

Por isso não devemos nos acomodar, a luta deve prosseguir, a categoria deve permanecer unida em prol do coletivo. Não podemos desanimar, as lutas são grandes, mas só saberemos se iremos vencer ou não se lutarmos, por isso não devemos desistir.

As manifestações motivadas por essa nova gestão sindical devem permanecer, cada qual ao seu tempo, levando em consideração as devidas proporções.

Por fim, a luta permanece, devendo a categoria permanecer unida para que cada vez mais possamos agregar e não dispersar.

*Bruno de Oliveira Fabres  
Analista Judiciário 02 - AJ -  
Execução Penal*



**SindijudiciárioES**

Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado do Espírito Santo

Rua Neves Armond, 20 – Praia do Suá Vitória ES - CEP: 29052-280 - Tel.: (27) 3357-5000  
www.sindjud.com.br • http://sindjud.blogspot.com

**Presidente:** Adda Maria Monteiro Lobato Machado  
**Diretor de Organização e Planejamento:** Rômulo Lopes Bernabé  
**Diretor Administrativo e de Finanças:** Gilceia Martins Marcelino  
**Diretor de Assuntos Jurídicos:** Altamir Rodrigues Xavier Júnior  
**Diretor de Política Sindical:** José Carolino Costa  
**Diretor de Comunicação, Imprensa e Divulgação:** Wanderley José do Carmo

**Diretor de Saúde, Previdência, Aposentados e Pensionistas:** Marcos Antônio Lemos Fabre  
**Jornalista Responsável:** André Barros – ES 01028/JP  
**Editoração Eletrônica:** Comunicação Impressa  
**Impressão:** Gráfica 4 irmãos  
**Tiragem:** 2.500 exemplares

## GENTE QUE FAZ

## PERSONAGEM: AMILTON TORQUATO DE OLIVEIRA, 76 ANOS - APOSENTADO

**N**osso personagem nesse jornal é o servidor aposentado Amilton Torquato Oliveira, motorista aposentado do Tribunal de Justiça.

**Qual o seu nome completo?** Amilton Torquato de Oliveira.

**Sua idade?** 76 anos.

**O senhor entrou no Judiciário em que ano?** 1964, na época da revolução.

**Qual era sua função?** Hoje, Agente Judiciário.

**E anteriormente era qual nomenclatura?** Eu era ajudante de cozinha. Depois passei a dirigir. Tinha carteira, surgiu uma vaga e eu passei a dirigir.

**O senhor foi motorista por quantos anos?** 37 anos.

**O senhor dirigiu para vários desembargadores, rodou o Estado inteiro. Conte um pouco como foram essas “andanças” pelo Estado.** Foi muito bom. Conheci cidades que não conhecia. Montanha, Mantenedópolis, Guaçuí, Mucurici, todas longe.

**Hoje o senhor está aposentado?** Estou aposentado há dez anos. Minha aposentadoria só não está muito boa porque quando eu aposentei sofri um AVC. Eu recebo Auxílio Saúde, mas tenho gastos extras com remédio. Em média, R\$ 1.500,00. Só o Auxílio Saúde não cobre essas despesas.

**O senhor é a única pessoa que provém a casa?** Sim. Meus filhos são casados e moram em locais diferentes.

**Fale um pouco de futebol. Para qual time o senhor torce?** Vasco da Gama.

**Fale um pouco do Vila Nova.** Eu sou há quarenta anos, presidente do Vila Nova Futebol Clube, fundado por um amigo meu. Sou um dos fundadores. É um time



tradicional aqui de Vila Velha.

**O que o senhor mais gosta de fazer em suas horas de lazer?** Eu gosto de sair andando, vou na praia, fazer uma caminhada leve. Pego o carro, vou ver peixe na praia. Viajar de carona com os filhos.

**Qual o prato de comida que o senhor mais gosta?** Polenta com quiabo e galinha. Para mim não tem igual.

**Você atribui o seu problema de saúde ao trabalho?** Não. Aconteceu depois. Eu fiz um exame no médico e ele disse para eu voltar em um horário. Quando cheguei lá, ele disse que eu estava com um começo de AVC. O médico falou que ainda estava no começo, mandou eu retornar à outra médica. Ela então pediu que eu

esticasse os braços, andasse para frente e para trás. Isso foi em uma quinta-feira. Mandaram eu ir embora e retornar no dia seguinte. Na sexta-feira de manhã fui em um açougue para comprar carne do churrasco do futebol no sábado. Foi quando comecei a passar mal. Uma senhora conhecida percebeu que eu estava ficando com a boca torta e falou para ligarem para o meu filho porque eu não estava bem. Aí me levaram para o hospital na Leitão da Silva, em Vitória. Quando cheguei lá, passei por novos exames e fiquei internado por dez dias. Depois recebi alta. Desde então, estou tomando medicamentos e fazendo fisioterapia.

**Quando o senhor foi se aposentar, o Tribunal fez alguma preparação?** Não. Acho importante que haja um preparo para aposentadoria dos servidores.

**O senhor tem saudade do tempo em que trabalhava no Judiciário? Guarda alguma lembrança boa?** Eu guardo. A turma naquela época era muito boa. Os desembargadores e colegas de serviço, nunca tive problema com nenhum deles.

**O senhor é sindicalizado há quanto tempo?** Desde a fundação. Espero um bom trabalho da atual Diretoria. Estou gostando das mobilizações e espero que o Sindicato olhe por nós aposentados.



## ASSÉDIO DE TOGA

*Funcionários do Poder Judiciário de vários Estados acusam juízes de praticar humilhações e perseguições. Como servidores públicos não podem ser demitidos, as contendas viram batalhas judiciais.*

Fabiola Perez

**D**os juízes espera-se equilíbrio, serenidade e, sobretudo, justiça nos atos e tomadas de decisão. Parte dos servidores do Poder Judiciário, porém, tem se deparado com magistrados autoritários e prepotentes, que perseguem e assediam moralmente os funcionários. Uma pesquisa inédita no País, realizada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e obtida por ISTO É, é um indicador do ambiente ruim dos tribunais brasileiros. A enquete revelou que 44,5% dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado entrevistados afirmaram já ter sofrido algum tipo de assédio moral. “Começamos a perceber um número cada vez maior de servidores afastados por problemas psicológicos”, afirma Alzimar Andrade, coordenador-geral do Sind-Justiça. “Esse quadro é agravado porque os juízes assediadores se sentem em uma classe superior, repleta de poder, e têm uma espécie de garantia de não punição.”

O levantamento também apontou que 45% dos funcionários ouvidos disseram que já foram ofendidos ou humilhados no atendimento a advogados ou a parte de um processo.

O assédio no serviço público tem peculiaridades. Em uma empresa privada, o chefe descontente pode demitir o trabalhador, algo que não ocorre com funcionários concursados. “O que se negocia são os benefícios e a independência interna do servidor”, afirma o professor de sociologia do Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, Fernando Fontainha. Isso permite, por exemplo, a perseguição de um profissional até que ele decida se exonerar da vida pública. Frequentemente, trava-se uma guerra judicial entre as partes, como ocorreu com a funcionária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Flávia Felício Silva, 42 anos. Ela afirma ter sido perseguida pelo juiz Roberto Ribeiro de Paiva Júnior enquanto trabalhou como escritã judicial na Comarca de Uberlândia em 2007.

“Além do meu trabalho, eu era obrigada a fazer despachos para o juiz, que é atribuição dos estagiários, e trabalhava das 7 às 22 horas”, relata. Flávia conta que

engordou 30 quilos em quatro meses e, quando chegou ao limite, foi conversar com o juiz. “Ele disse que ninguém falava ‘não’ para ele e que eu veria quem mandada”, conta.

Tratamentos humilhantes repetitivos podem comprometer a identidade, as relações afetivas e a capacidade de se adequar ao ambiente de trabalho, muitas vezes sem que a pessoa tenha consciência. No Rio de Janeiro, o caso da oficial de Justiça Márcia Elisa Barroso, 38 anos, chegou ao extremo. A funcionária atirou-se do sexto andar do seu prédio, em novembro do ano passado, após ter sido removida de local de trabalho contra a sua vontade, o ápice de uma série de problemas, segundo ela. Márcia fazia parte de um grupo de 12 servidores que, em 2011, abriu um processo administrativo para denunciar o assédio moral praticado pela chefia da Central de Mandados do Fórum de Alcântara, em São Gonçalo, e pedir remoção coletiva.

“Todos sofriam com o tratamento da Diretora da Central e a juíza nos acusava de fazer motim”, diz. Segundo Márcia, o tempo era restrito para cumprir o número de mandados exigidos, a diretora colocava os funcionários uns contra os outros no momento de definir plantões e quando alguém não dava conta do trabalho ela humilhava e gritava com a pessoa na frente de toda a equipe.

Numa área célebre pela morosidade e com uma demanda de maior rapidez da sociedade, as disputas tendem a se acentuar. “O índice de servidores públicos com problemas de saúde é cada vez mais elevado”, diz Paulo Blair de Oliveira, professor da Universidade de Brasília (UnB) e juiz do trabalho há 20 anos. “Por que o tema assédio se tornou tão premente agora? Porque a sociedade exige uma solução com velocidade digital para as suas solicitações e o Judiciário ainda trabalha em ritmo analógico.”

Aqui no Estado do Espírito Santo, o Sindijudiciário se mantém atento ao Assédio Moral contra servidores do Judiciário. Quaisquer denúncias que chegam à Diretoria são apuradas e tornam-se alvo de pedido de providências por parte do

Tribunal de Justiça. O Sindicato pede que os servidores que se sentem ameaçados de alguma forma ou assediados, que façam o comunicado para que possamos apurar.

***“O assédio em si é um fenômeno extremamente ingrato. É um fenômeno que ocorre de forma sutil e de modo repetitivo. O objetivo de quem comete o assédio é abalar o psíquico do assediado, perseguir e causar um verdadeiro psico-terrorismo no ambiente do trabalho. sutil e repetidamente. Há um parâmetro temporal para se caracterizar o assédio de no mínimo seis meses. Eu discordo quanto a esse parâmetro porque pode-se em até menos tempo causar uma desestabilização na pessoa, e que possa ser um fator gerador de assédio.”***

*Alexandre Minassa é Pós-Graduado e Mestre em Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direitos Fundamentais pela Faculdade de Direito de Lisboa. Ele é especialista em Direito Trabalhista e concedeu entrevista ao Jornal do Sindicato na última edição*



*\*Esta matéria foi extraída da revista ISTO É, edição nº 2315, de 09/04/2014.*



# SINDICATO PROMOVEU PALESTRAS E ATIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA MULHER

**P**ara comemorar o Dia Internacional da Mulher no mês de março, o Sindijudiciário promoveu a Semana das Mulheres Servidoras Capixabas, com várias palestras, procedimentos de limpeza de pele, massagem anti-stress e relaxante, além de distribuição de brindes.

No dia 10 de março, o evento aconteceu no Salão Nobre do Tribunal de Justiça. Houve atividades estéticas (hidratação e massagem facial), e hidratação das mãos com alunas de Estética e Cosmética da Universidade de Vila Velha. Em seguida aconteceu a palestra “Saúde e Higiene Bucal” ministrada pela Doutora Priscila Duarte Mendes.

No dia 11 de março foi a vez das servidoras de Cachoeiro de Itapemirim receberem a palestra de uma profissional



da Unimed que explanou sobre “Saúde da Mulher”.

No dia 12 de março, às 15 horas, aconteceu no Fórum de Venda Nova do Imigrante, a palestra “Saúde e Higiene Bucal” ministrada pela Doutora Priscila Duarte Mendes.

Em Linhares, no dia 13 de março, aconteceu no Tribunal do Júri, a palestra Saúde da Mulher, ministrada pela Assistente Social do Sindicato, Sueli dos Santos Cunha Sandoval.



# SERVIDORES MOBILIZAM-SE POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

**S**ervidores sindicalizados e outros não, protagonizaram uma cena histórica há muito tempo não vista no Judiciário capixaba. Vestindo roupas pretas em sinal de luto por melhores condições de trabalho e salário eles fizeram várias mobilizações (assembleias) empunhando faixas com dizeres pedindo data-base e outras demandas da categoria, gritando palavras de ordem, eles reivindicaram o que há muito tempo é negado aos servidores.

As mobilizações aconteceram em frente ao Tribunal de Justiça e no Fórum de Vitória (Cível e Criminal), no final do mês de março e início de abril. Nos fóruns do interior do Estado, servidores que não puderam comparecer a essas assembleias acompanharam o movimento vestindo preto e usando bótons.

Concomitantemente a essas mobilizações (assembleias), foram realizadas outras assembleias para avaliar o movimento e discutir as propostas apresentadas pela Administração do TJES. Os debates aconteciam sempre de maneira calorosa, alguns servidores com os ânimos exaltados, demonstrando total insatisfação com a situação vivenciada. A partir das assembleias, os servidores decidiram adotar uma posição mais firme nas negociações com o TJES em prol da categoria.

Para essas manifestações que aconteceram nos dias 19 e 26 de março, bem como no dia 01 e 04 de abril, foram confeccionados bótons com dizeres: “Servidor insatisfeito”, “Reposição salarial já!”, “Fim do assédio moral”, “Criação do plano de carreira”.

Os trabalhadores deram prazo para que a Administração do TJES se manifestasse sobre os pedidos de data base; reajuste salarial (repondo a inflação); perdas salariais (15%) e a criação de comissões paritárias com membros do TJES e representantes dos servidores para analisar as demandas da categoria.

No dia 01 de abril, o Sindicato, em atitude de inovação, promoveu assembleias setoriais em todos os fóruns do Estado, com participação maciça dos servidores para que eles pudessem debater as propostas apresentadas pelo TJES e apresentar contrapropostas. As reuniões foram embasadas na Lei 46/94 e contaram



com Ata de presença dos trabalhadores que participaram.

Várias reuniões de representantes do Sindicato e a Administração do TJES aconteceram após as mobilizações. Em uma delas, a Diretoria protocolou pessoalmente o requerimento referente ao prazo dado pela categoria à Administração do TJES. O Presidente do TJES, Desembargador Sérgio Bizotto recebeu o documento com preocupação e afirmou que todos os pleitos serão atendidos.

Em nova reunião ocorrida no dia 31 de março, entre a Diretoria do Sindicato, o servidor Bruno Fabres (representante escolhido em assembleia) e a Administração do TJES, a Presidência do Tribunal apresentou as seguintes propostas:

- ▮ Ganho real sobre o salário dos servidores no porte de 15%. O percentual será fracionado em duas parcelas iguais e que serão lançadas sobre o salário do servidor dentro da reestruturação.
- ▮ Novidades sobre a data-base dos servidores: seriam divulgadas em Ato Normativo com todas as decisões acerca



do assunto no Diário da Justiça, edição do dia 01/04/14.

► Também restou decidido sobre a criação e composição da comissão que irá elaborar mudanças no Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário. A comissão do Plano de Cargos e Salários foi publicada no Diário da Justiça do dia 01 de abril, assim como o Ato Normativo estabelecendo a Data-Base. A referida comissão deverá no prazo máximo de até 90 dias, apresentar a conclusão dos trabalhos de reestruturação do Plano de Cargos e Salários.

Na reunião também foi informado que com a divulgação do aumento de 4,5%, o servidor do Judiciário teve como perda 1,41% para atingir à totalidade da reposição inflacionária (5,91%), como sugerido pela assessoria econômica do Tribunal, a perda de 1,41% será lançada cumulativamente à primeira parcela de 7,5% referente aos ganhos reais que será aplicada a partir de janeiro de 2015, totalizando assim 8,91%. A segunda parcela de 7,5% será lançada em janeiro de 2016 conforme já notificada a categoria.

Durante a Assembleia Geral da categoria realizada no Auditório do SENAC, no dia 04 de abril, ainda bastante insatisfeitos, os servidores deliberaram por apresentar contrapropostas à Administração do TJES. Ficou definido que:

1) Será publicada nota de repúdio referente ao auxílio alimentação dos magistrados e também contra a manifestação de membros do Judiciário relativamente aos servidores e o relatório do CNJ "Justiça em números";



2) Revisão do Ato Normativo de Data Base – pleiteando a fixação de um único mês para a Data Base – Mês de março, retificando os artigos 1º. e 3º, retirando as expressões “a possível” (art. 1º.) e “a partir” (art. 3º.) e o compromisso de que o referido Ato Normativo 56/2014 se transforme em Lei;

3) Instrumentalização de todos os acordos com a fixação dos pleitos já garantidos;

4) Apresentação de contraproposta solicitando que a diferença do percentual de 1,41% (diferença do reajuste inicialmente prometido de 5,91% e o concedido de 4,5% para 2014) a ser concedido em conjunto com a reposição das perdas salariais seja retroativo a abril deste ano;

5) Apresentação de proposta para que a diferença do Auxílio Alimentação dos magistrados em relação ao dos servidores seja convertida em extensão do Plano de Saúde para os dependentes dos servidores, concessão



de Auxílio Odontológico para todos os servidores e Auxílio Medicamento para os aposentados;

6) Manutenção do caráter permanente para as Assembleias Gerais (continuidade das negociações);

7) Sejam tratadas de forma autônoma as propostas da reposição das perdas salariais (7,5%+1,41% em janeiro de 2015 e 7,5% em janeiro de 2016) e do Projeto de Reestruturação do Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário (Comissão formada pelo Ato Normativo 55/2014);

8) Referendados os nomes dos membros (que não são da Diretoria do Sindijudiciário) da Comissão formada pelo Ato Normativo 55/2014.

A Comissão criada pelo Tribunal de Justiça para cuidar da reestruturação do Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos do Judiciário capixaba já promoveu duas reuniões em abril.



# SINDICATO REALIZA VIAGENS

Em pouco mais de noventa dias de gestão, a Diretoria do Sindijudiciário realizou várias viagens às Comarcas para mobilizar a categoria e verificar as condições de trabalho nesses locais. De fevereiro a abril deste ano foram visitadas pelo menos vinte comarcas. No início da gestão, as visitas serviram para mostrar a proposta de trabalho da Diretoria e verificar as condições de trabalho nesses locais.

Com o início da campanha salarial, as viagens serviram para mobilizar e apoiar o movimento iniciado nas assembleias gerais realizadas pela categoria em frente ao Tribunal de Justiça, Fórum de Vitória e SENAC. Entre as comarcas visitadas estão Conceição da Barra, Linhares, São Mateus, Jaguaré, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Santa Teresa, Itarana, Itaguaçu, Santa Maria

do Jetibá, Guaçuí, Cachoeiro de Itapemirim, São Domingos do Norte, Ecoporanga, Baixo Guandu, Marilândia, Piúma, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Presidente Kennedy, Anchieta, Guarapari, Maratáizes, Itapemirim entre outras.

Em Guaçuí, por exemplo, no dia 14 de abril, além de mobilizar a categoria para participar das assembleias gerais, a Diretoria foi verificar demandas dos sindicalizados e atender a um pedido dos servidores de comarcas circunvizinhas. Naquela ocasião foi constatado que os servidores encontram-se adoecidos, sem condições mínimas de trabalho, em situação de penúria, tendo em vista a sobrecarga de tra-

balho e o número insuficiente de servidores para atender a demanda da comarca. Além disso, há a extensão da carga horária (os servidores iniciam jornada de trabalho antes do horário previsto e têm sua carga horária estendida sem a devida compensação por parte do empregador), a Contadoria não possui Contador e abarca grande volume de trabalho,







# PARA MOBILIZAR CATEGORIA

podendo ser registradas (protocoladas) em média 100 peças diárias causando acúmulo de serviço e prejudicando a prestação jurisdicional. Realidade não diferente na maioria das Comarcas visitadas anteriormente.

Quanto a essa situação, a Diretoria Jurídica do Sindijudiciário já está tomando providências no sentido de promover comunicação à Corregedoria Geral de Justiça e à Presidência do TJES para que o problema seja sanado.



## JURÍDICO EM AÇÃO

# RELATÓRIOS DOS PRINCIPAIS PROCESSOS: SERVIDOR, FIQUE POR DENTRO!

**V**ea a seguir a relação dos principais processos no setor jurídico do sindijudiciário:

**1. Processo n.º 024.10.008856-6  
(0008856-33.2010.8.08.0024)**

Ação Ordinária para não cobrança de contribuição previdenciária sobre o Terço Constitucional (de férias) – réplica apresentada. Concluso para sentença.

**2. Processo n.º 100.08.000171-0  
(000171-80.2008.8.08.0000)**

Ação Declaratória para desconstituição dos precatórios da Trimestralidade movida pelo Estado do Espírito Santo. Proferido acórdão desconstituindo o precatório. Interpostos Recurso Especial e Extraordinário. Decisão da Vice-Presidência determinando a remessa dos autos ao STJ. Processo remetido ao STJ. Distribuído ao Ministro Benedito Gonçalves. REsp 1374686. Autos conclusos com ministro relator.

**3. Processo n.º 024.010.154.649  
(0015464-62.2001.8.08.0024)**

Ação de cobrança para devolução das contribuições previdenciárias descontadas indevidamente no período de 1998 a 2003 dos aposentados (listagem 1). Sentença procedente transitada em julgado. Execução interposta. Aguardando análise dos Embargos à Execução interpostos pelo IPAJM (Processo n.º 024.11.010639-0). Determinada a realização de prova pericial. Petição do IPAJM solicitando intimação da perita para reduzir a verba honorária. Autos conclusos para despacho.

**4. Processo n.º 024.02.012318-2  
(0012318-76.2002.8.08.0024)**

Ação de cobrança para devolução das contribuições previdenciárias descontadas

indevidamente no período de 1998 a 2003 dos aposentados (listagem 2). Sentença procedente transitada em julgado. Execução iniciada. Aguarda Embargos pela Procuradoria

**5. Processo n.º 024.05.009056-2  
(009056-16.2005.8.08.0024)**

Ação para isonomia dos Agentes de Serviços. Sentença julgando improcedente o pleito. Remetido ao Tribunal de Justiça. Proferido acórdão mantendo a sentença. Interpostos Embargos de Declaração com efeito prequestionado, julgados na sessão do dia 28/02. Recurso improvido. Interposto Recurso Especial pelo Sindicato para suprir omissão em julgado. Contrarrazões apresentadas pelo Estado. Determinada a remessa do recurso ao STJ. REsp 1360913 distribuído ao Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Autos conclusos com o ministro relator.

**6. Processo n.º 024.05.009055-4  
(009055-31.2005.8.08.0024)**

Ação para isonomia dos Escrivães Judiciais (incluídos os Contadores). Sentença julgando improcedente o pleito. Remetido ao Tribunal de Justiça. Proferido acórdão mantendo a sentença. Interposto Recurso Extraordinário. Negado a subida do Recurso. Interposto Agravo de Instrumento. Contrarrazões apresentadas pelo Estado. Aguardando remessa ao STF. Processo remetido (ARE 683764). Decisão do Ministro Gilmar Mendes determinando a suspensão do feito até o julgamento de Repercussão Geral sobre o tema da isonomia. Processo remetido à 1ª Vara dos Feitos da Fazenda de Vitória para aguardar julgamento da Repercussão Geral (RE-RG 592317).

**7. Processo n.º 024.05.009052-1  
(009052-76.2005.8.08.0024)**

Ação para isonomia dos Servidores de Grau 01 para Grau 02. Sentença julgando improcedente o pleito. Remetido ao Tribunal de Justiça. Proferido acórdão mantendo a sentença. Interposto Recurso Extraordinário. Negado a subida do Recurso. Interposto Agravo de Instrumento. Contrarrazões apresentadas. Processo digitalizado e encaminhado ao STF (ARE 675776). Processo físico remetido à Comarca de

origem aguardando o julgamento no STF para aguardar julgamento da Repercussão Geral (RE/578657).

**8. Mandado de Injunção n.º 2019**

Mandado de Injunção interposto para regulamentar o direito de greve. Aguarda julgamento. Parecer favorável da Procuradoria Geral opinando pela procedência parcial do pleito. Concluso ao ministro relator.

**9. Processo n.º 024.03.001016-9  
(001016-16.2003.8.08.0024)**

Ação para o reajuste dos proventos dos serventuários de Cartórios Não Oficializados referente aos percentuais de 10% + 10%, concedidos pela Lei nº 7.235/2002. Sentença procedente. Acórdão mantendo a sentença. Interposto recurso pelo Estado. Aguardando análise do recurso pelo STJ. Agravo de Instrumento interposto pelo Estado negado. Mantida decisão favorável aos servidores. Aguarda ofício para promover execução.

**10. Processo n.º 024.02.014874-8  
(0014874-51.2002.8.08.0024)**

Ação para garantia do reajuste anual + perdas e danos. Sentença julgando improcedente o pedido. Interposta apelação. Sentença mantida. Recurso Extraordinário interposto e suspenso aguardando julgamento de Repercussão Geral (RE 565089).

**11. Processo n.º 024.050.195.940  
(0019594-56.2005.8.08.0024)**

Ação para o reajuste dos proventos dos serventuários de Cartórios Não Oficializados referente ao percentual dos 11,98%. Sentença procedente. Acórdão mantendo a sentença. Interposto recurso pelo Estado. Aguardando análise do recurso pelo STJ. Processo digitalizado e encaminhado ao STJ. Processo físico remetido à Comarca de origem aguardando o julgamento no STJ.

**12. Processo n.º 024.12.007920-7  
(0007920-37.2012.8.08.0024)**

Ação para o reajuste dos proventos dos serventuários de Cartórios Não Oficializados referente aos percentuais não concedidos desde 2002. Concluso para sentença.



## JURÍDICO EM AÇÃO

## ANDAMENTOS DE REQUERIMENTOS AO TJES

Assunto	Órgão	Data do Protocolo	N.º do Protocolo	Andamento
Quantitativo cargos comissionados, estagiários e servidores à disposição	Presidente TJ	14/01/2014	2014.00.032.837	Coordenadoria de Recursos Humanos em 17/03/2014
Quantitativo PAD e sindicância	Corregedoria	14/01/2014	2014.00.032.794	Coordenadoria de Monitoramento dos Foros em 28/01/2014
Pauta de Reivindicações	Presidente TJ	14/01/2014	2014.00.035.813	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica em 16/01/2014
Resolução 121/2010 CNJ – publicidade dos atos processuais	Presidente TJ	31/01/2014	2014.00.115.932	Coordenadoria de Desenvolvimento em 18/02/2014
Extensão Auxílio Saúde dependentes	Presidente TJ	11/02/2014	2014.00.166.917	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica em 17/02/2014
Auxílio-Medicamento	Presidente TJ	11/02/2014	2014.00.166.908	PRESIDÊNCIA em 15/04/2014
Substituição – modificação da Resolução n.º 36/2012 (Resolução n.º 008/2013)	Presidente TJ	11/02/2014	2014.00.166.896	Assessoria Jurídica - Servidores / Magistrados em 03/04/2014
Imposto de Renda sobre abono de férias	Presidente TJ	11/02/2014	2014.00.166.915	PRESIDÊNCIA em 17/03/2014
Dados do Orçamento – Receita Corrente Líquida e Gasto com Pessoal ultimo trimestre 2013	Presidente TJ	27022014	2014.00.254.244	PRESIDÊNCIA em 17/03/2014
Consulta TCEES – 13.º Salário Juízes	TCEES	12/03/2014	003281	Informação prestado pelo TCEES esclarecendo que não é da sua competência
Elevadores – Fórum Cível Vitória	Corpo de Bombeiros	12/03/2014	s/nº	Informação do Corpo de Bombeiros esclarecendo que não é de sua competência – março de 2014
Comissão Avaliação local de trabalho Portadores de Necessidades Especiais	Presidente TJ	12/03/2014	2014.00.299.057	Coordenadoria de Recursos Humanos em 17/03/2014
Disparidade das parcelas dos direitos atrasados – servidores x magistrados	Presidente TJ	12/03/2014	2014.00.299.067	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica em 17/03/2014
Reajuste Cartório Não Oficializados	Presidente TJ	17/03/2014	2014.00.318.769	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária em 22/04/2014
Repasse 15 milhões	Presidente TJ	20/03/2014	2014.00.341.247	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica em 28/03/2014
Intimação dos servidores x AR's Secretaria do Juízo 2014	Presidente TJ	20/03/2014	2014.00.341.295	Secretaria de Gestão de Pessoas [OBS DO RECEBIMENTO]: PARA MANIFESTAÇÃO em 26/03/2014
Intimação dos servidores x AR's Secretaria do Juízo 2014	Corregedoria	20/03/2014	2014.00.341.374	Chefia de Gabinete da Corregedoria em 24/03/2014
Processo de Remoção	Presidente TJ	20/03/2014	2014.00.341.043	Secretaria de Gestão de Pessoas em 03/04/2014
Localização de servidores – consulta sobre n.º de servidores à disposição	Presidente TJ	20/03/2014	2014.00.341.078	Secretaria de Gestão de Pessoas em 03/04/2014
Férias Comissionados – consulta	Presidente TJ	20/03/2014	2014.00.341.114	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica em 25/04/2014

## RELATO ESTARRECEDOR

## SERVIDORA CONSEGUE APOSENTADA

Uma Escrevente Jura-mentada de 42 anos, viveu uma verdadeira odisseia até conseguir a aposentadoria, em setembro de 2013. A referida servidora é portadora de L.E.R. (Lesão por Esforço Repetitivo), adquirida após sobrecarga de trabalho durante vários anos, na Vara onde trabalhava. Ela conta um pouco de sua trajetória, dramas vividos até conseguir a aposentadoria no ano passado.

“Eu ingressei no Judiciário em 1996 como designação temporária. Trabalhei até o ano passado quando saiu minha aposentadoria em setembro. Guardo de bom nesse período que fiquei aqui, as amizades. As experiências e convivência com os colegas”, disse.

A servidora relata que o dia a dia as condições de trabalho eram precárias pela falta de equipamento não adequado, jornada excessiva, demanda grande e poucos servidores para desenvolvimento das tarefas. “A rotatividade de pessoas no cartório era grande. Na minha época eu convivia com pessoas da municipalidade que eram colocadas à disposição no Fórum para nos ajudar, porém eram pessoas sem qualificação, não tinham conhecimento jurídico. Podiam até ter boa vontade, mas faltava conhecimento jurídico e preparo para estarem ali para que todos em conjunto desenvolvessem um trabalho mais célere. Esses eram alguns problemas que passávamos. Jornada excessiva, muitos servidores à disposição. Nada contra os colegas, mas sempre tinha alguém à disposição. No cartório nunca se contava com aquele número completo. Sempre

sobrecarregava quem estava ali, e para dar conta do trabalho eu cheguei a trabalhar de manhã, de tarde e de noite durante quase dois anos. A demanda na Vara Cível era muito grande”.

“Sempre houve muito serviço, muita cobrança e metas. Mesmo havendo Escreventes ajudando no trabalho, o serviço era muito, a jornada excessiva e para darmos conta do serviço tínhamos muitas vezes que trabalhar fora do horário”, afirmou.

“Quando a gente passa em um concurso, chegamos com muitos objetivos. Você se preparou para aquilo, estudou, tem seus ideais. O tempo vai passando, você vai vendo que tem muita vontade de trabalhar e a realidade é outra. Vai vindo o desgaste. Nos primeiros anos do exercício de suas funções, você já identifica que o seu emocional já muda. Por que ele muda? Você chega a se transformar em uma pessoa carrancuda. Alguém quer te dar bom dia, boa tarde e você não tem tempo para isso. Aí você já percebe isso no seu físico porque não tem tempo mais para se alimentar. Se você parar para tomar um cafezinho vai fazer falta, é outro mandado, é outro ofício que você não expediu. Sufoca porque é muito trabalho e pouca gente para desenvolver aquilo no prazo de lei. Quando você não faz, está passível de diversos tipos de punições, inclusive processo administrativo”, disse.

A servidora relata que começou a sentir muito incômodo nos membros superiores. “No começo você pensa que é porque dormiu de mal jeito. Depois aquilo começa a aparecer com constância e você vê que não é tão simples. Minha trajetória foi de ir a vá-

rios médicos e fazer exames, tomava anti-inflamatório, aí o estômago começa a sofrer. Depois o emocional começa a ficar abalado porque além de não ter mais forças, sentir dores, você vê que é cobrado para entregar tudo no prazo legal”.

“Isso tudo reflete no relacionamento em casa. Você já fica sem paciência para os filhos, marido. A fase já começa a ficar crítica. Eu não dormia mais porque sentia muito choque. Aí você já acha que é problema de nervos e vai para um neurologista. No neurologista foi quando começou a pesquisar o que eu tinha”. “Eu já começava a chorar no trabalho. Nessa história toda, fui parar na mão de um médico, ortopedista, que trabalhava com a possibilidade de me dar anti-inflamatório. Ele falava que me daria atestado e eu pedia para que não desse. Eu não podia nem imaginar a hipótese de atestado. Você passa a observar que as pessoas que estão ao seu redor não compreendem muito bem porque não veem machucado, então acham que a pessoa não quer trabalhar”.

Com o passar do tempo, o problema da servidora foi agravando. “Agora eu já não sentia só choque no punho. Aí o ortopedista passou a órtese e eu passei a usar nas mãos, continuei trabalhando com a órtese. Aquilo espalhava para os dedos, os sintomas não eram só nas mãos, chegou uma época que eles estavam refletindo nas costas. Sem parar eu fiz fisioterapia por dois anos e meio. Acompanhada por duas fisioterapeutas eu fazia compressas. Em casa, como eu sofria com as dores, eu esquentava um balde de água e colocava o braço dentro para conseguir



dormir. Para dormir só com órtese porque o punho ficava imobilizado. Eu desenvolvi síndrome do pânico porque vivia em constante pressão. Eu tinha medo porque era cobrada e não conseguia desenvolver aquilo ali. Passei a ter arritmia, sensação de dor no peito. Como se eu fosse enfartar. Tudo psicológico. Já não conseguia dirigir, meu marido teve que fazer isso porque a dor de virar o volante era muito grande. Eu contei muito com meu esposo. Ele passou a assumir as tarefas diárias, por exemplo, lavar vasilhas, fazer compressas, ele começou a ser meu enfermeiro e assumiu todas as atividades que eu desenvolvia dentro de casa”.

“Procurei um cardiologista. Fiz os exames, mapa, holter e foi verificado que toda vez que eu ficava sob pressão, meu coração recebia uma descarga anormal de adrenalina. Passei quatro meses tomando remédio para arritmia. Tive ganho de peso por causa de corticoides que tomei. Tive aumento de pressão por conta do ganho de peso. Comecei



# ORIA APÓS DOENÇA OCUPACIONAL



a ficar antissocial. Afetou de uma forma geral”.

“Graças a Deus duas pessoas com muita paciência foram preparadas para me atender. Fisioterapeutas excelentes que me ajudaram, faziam algo extra comigo para que eu conseguisse passar aquele dia bem. Comecei a fazer massoterapia, pagar do meu bolso. Nesse tempo todo, os próprios colegas te olham de forma diferente. Há falta de compreensão. As pessoas se afastam de você também. Não foram todos, mas eu percebia isso. Quando comecei a passar pelas cirurgias e a tirar os atestados para me recuperar, eu ouvia muito: E aí marajá! Me encontravam na porta da clínica, ou na farmácia, ou no hospital e falavam isso. Passei por umas seis cirurgias ao todo”, afirmou.

“Eu posso dizer que as pessoas continuavam me cobrando normalmente sem considerar minha situação. A cobrança vinha como se eu não tivesse nada. Não fui poupada em momento algum”.

A servidora relata que o Sindicato a ajudou bastante

**“Sempre houve muito serviço, muita cobrança e metas. Mesmo havendo Escreventes ajudando no trabalho, o serviço era muito, a jornada excessiva e para darmos conta do serviço tínhamos muitas vezes que trabalhar fora do horário”**

enquanto ela buscou ajuda. “A primeira entidade que procurei foi o Sindicato e eu fui muito ajudada. Ele foi de extrema importância pra mim, desde a representatividade aqui na comarca no Fórum e os colegas de Vitória. Ai de mim se não fosse o Sindicato. Foi ele que me encaminhou, me orientou. Eu fui amparada também pelo setor psicossocial do TJES”, disse.

Até ter sua doença ca-

racterizada, a servidora aposentada ficou por dois anos passando por perícia do IPA-JM. “Demorou muito para ser caracterizada. Sempre fazendo muitos exames. As perícias eram acompanhadas de muitos laudos, exames, nunca cheguei sem exame porque era necessário mostrar a situação em que eu estava. Muito desgastante”.

O afastamento do trabalho fez a servidora retomar vida normal com a família. “Se eu continuasse naquela vida de jornada excessiva eu não sei o que seria da minha família. Porque uma mulher dentro de casa como mãe, como esposa, é a base. Todo mundo precisa da mulher, mas como contar com alguém que está doente e não pode cuidar nem dela mesmo? Já retomei minha vida como esposa, como mãe. O tratamento é paliativo. Você tem que tomar remédio para resto da vida, fazer fisioterapia, massoterapia. Eu ainda faço sessões na psicóloga, não posso parar”.

Os gastos são muitos e o Auxílio Saúde pago pelo TJES não cobre as despesas da servidora. “Eu contratei um personal e pago do meu bolso. Eu indicaria ele para quem precisasse. Ele mudou o modo de atuar dele por minha causa. Quando eu o procurei, ele pegou meus exames e passou a frequentar os médicos junto comigo. Ele perguntava o que ele poderia ou não fazer de exercício comigo na academia. O nosso foco era não perder os movimentos. Ele perguntou aos meus médicos como ele poderia participar do meu tratamento lá na academia. Eu creio que se não tivesse feito isso, eu não estava do jeito que estou hoje”, afirmou.

A servidora acredita que

todo esse problema vivido por ela poderia ser evitado se houvesse no local de trabalho, a prática de ginástica laboral. “O funcionário não é robô. Ele tem que ter a hora de tomar um café, para isso precisa ter uma pessoa para substituí-lo nesse momento. O funcionário tem que ter o horário para fazer a ginástica laboral. Muitos funcionários não fazem pausas por causa da cobrança que é grande. Acredito que seja falta de investimento do órgão empregador em criar esse espaço para o funcionário dentro da jornada de trabalho. Toda empresa tem ginástica laboral. Ela evita isso tudo que aconteceu comigo”, disse.

“O que eu tenho para falar aos colegas é que não tenham medo de cumprir com suas obrigações. Trabalhar dentro de sua carga horária. O que for fora disso, que você seja devidamente remunerado por isso, para que se você vier a ter um problema de saúde dentro do âmbito funcional, que você tenha condição de comprar um medicamento. Não tenha medo de se tratar, de procurar ajuda. Quanto mais cedo melhor. Começou a sentir os primeiros sintomas? Procure alguém especializado para te atender. O prejuízo é todo seu. O Sindicato é muito importante nessa hora. É importante você ser filiado ao Sindicato porque você não estará sozinho nessa batalha. Você vai ser amparado por diversos setores do Sindicato. Quando você precisar, ele vai te servir. O personal que cuidou do meu caso teve que se especializar nisso e eu já encontrei nas fisioterapias, vários funcionários, colegas do Fórum com o mesmo problema que eu tive em fase inicial”, finalizou.



## SINDICALIZADOS APROVAM CONTAS DO SINDICATO

Os sindicalizados presentes à Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas e votação do Orçamento aprovaram por unanimidade o Resultado Financeiro do Exercício de 2013, o Balanço Patrimonial do Exercício de 2013 e o Orçamento do Exercício de 2014. O resumo do Plano Orçamentário Anual aprovado, conforme o Estatuto, foi publicado no dia 24/04/14 no Diário da Justiça.

Contas de Receitas	Orçada 2013	Realizada 2013	Orçada 2014
REPASSES DE CONTRIBUIÇÕES	2.051.511,04	2.369.910,06	1.990.500,00
RECEITA DA SEDE SOCIAL	5.300,00	7.707,50	6.300,00
RECEITA EXTRAORDINARIA	700,00	07.322,31	700,00
RECEITA FINANCEIRA	90.000,00	130.058,43	100.000,00
RECEITA VENDA IMOBILIZADO	0,00	0,00	43.000,00
<b>Total dos recebimentos</b>	<b>2.147.511,04</b>	<b>2.514.998,30</b>	<b>2.140.500,00</b>

Contas de Despesas	Orçada 2013	Incorrida 2013	Orçada 2014
ADM	1.090.604,00	1.013.938,24	1.261.260,00
PESSOAL	945.050,00	957.847,89	980.050,00
FINANCEIRA	2.700,00	2.308,12	2.700,00
TRIBUTÁRIA	5.500,00	5.547,62	7.000,00
REP. TERCEIROS	13.500,00	10.693,71	13.500,00
IMOBILIZADO MÓVEIS	48.000,00	14.605,60	93.000,00
IMOBILIZADO IMÓVEIS	100.000,00	03.196,35	100.000,00
<b>Total dos pagamentos</b>	<b>2.205.354,00</b>	<b>2.008.137,53</b>	<b>2.457.510,00</b>

Resultado Receita - Despesa	-57.842,96	506.860,77	-317.010,00
-----------------------------	------------	------------	-------------

OBS: OS SINDICALIZADOS QUE TIVEREM INTERESSE EM VERIFICAR AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2013 E ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2014 APROVADAS EM ASSEMBLÉIA DETALHADAMENTE PODERÃO VERIFICAR OS DOCUMENTOS NA SEDE DO SINDICATO.

O Presente Demonstrativo foi aprovado pelo Conselho Fiscal, bem como, pela AGO realizada em 28/03/2014 e encontra-se também no site do sindicato.

## TCE FIRMA TERMO DE COOPERAÇÃO COM GOVERNO PARA APURAR VALORES DOS PRECATÓRIOS

Foi firmado no último dia 29 de abril, um termo de cooperação técnica entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Tribunal de Contas do Estado (TCE), para a apuração dos valores referentes aos 30 "precatórios da trimestralidade".

Esses precatórios são oriundos de ações contra o Governo do Estado, relacionam-se à Lei Estadual 3.935/87 (Lei da Trimestralidade), que previa aumento salarial automático de três em três meses devido à inflação 'galopante' à época. O governo daquela época, questionou a lei, que considerava os índices de inflação do país e não do Estado.

Segundo determinação do Tribunal Pleno, os cálculos desses precatórios serão revistos. O Tribunal acolheu questão de ordem a fim de que os valores sejam verificados enquanto os tribunais superiores definem se o Estado quitará ou não os precatórios da trimestralidade.

O Tribunal de Contas ficará responsável por designar servidores especializados para fazer a análise prévia dos autos dos processos de precatório, bem como apresentar ao TJES a proposta da fórmula de cálculo que será replicada para a apuração dos valores. O trabalho será realizado de forma

gradual, observada a regular tramitação de cada processo.

O juiz auxiliar de precatórios da Presidência do TJES, Rodrigo Cardoso Freitas, afirma que a expectativa é de que os cálculos sejam revistos nos 30 processos. "Recentemente, o Supremo Tribunal Federal proferiu diversas decisões contrárias à tese do Estado. Ainda estão pendentes de julgamento os embargos de divergência protocolados em 28 de março de 2014, sob o número RE729631", explica o magistrado.

O presidente do TCE, Domingos Taufner, ressaltou que a Corte de Contas contribuirá, na medida de suas possibilidades, para a solução desse impasse, mas que ainda não há data prevista para o início dos trabalhos, pois isto dependerá da tramitação dos processos.

O valor aproximado destes 30 processos, sem revisão, ultrapassa a quantia de R\$ 10 bilhões, atingindo mais de 20 mil servidores. Parte deste crédito foi vendida para empresas, que adquiriram, com deságio, ou seja, pagaram menos pelo título em comparação aos se preço de mercado.

Texto de Natália Bongiovani  
– Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES.

\*Matéria extraída do site  
[www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br), no dia  
05/05/14



# O CÓDIGO DE ÉTICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

O Código de Ética é um instrumento de extrema relevância para a disseminação e desenvolvimento da cultura organizacional de uma instituição, pois nele estão expressos os valores e as condutas consideradas adequadas dentro do ambiente de trabalho de uma determinada organização. Nesse sentido, o Código de Ética sinaliza quais práticas são permitidas e aceitas dentro da organização e quais práticas devem ser abolidas.

Muitos Códigos de Ética incluem em sua redação vedações expressas ao Assédio Moral, visando ao combate desta prática, caracterizada pela exposição do trabalhador a situações repetitivas de constrangimento e humilhação durante sua jornada de trabalho. Assim, o Código de Ética pode se tornar uma importante ferramenta para o combate ao Assédio Moral

no trabalho, na medida em que claramente explicita que a organização é contrária a esse tipo de conduta e estabelece de que forma os casos de assédio serão encaminhados e punidos, por meio da existência de Comissões ou Conselhos de Ética.

No serviço público, o Código de Ética desempenha um papel ainda mais importante tendo em vista sua vinculação com os princípios da administração pública. O CNJ estabeleceu como meta que o Judiciário tenha, até 2015, implantado o seu Código de Ética. É importante que todos os trabalhadores participem da construção desse instrumento, contribuindo com sugestões, tendo em vista a inclusão da vedação a condutas consideradas antiéticas, tais como o Assédio Moral, na redação desse documento.

Para mais informações sobre o Assédio Moral, acessar o Blog do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do PJS: <http://qvtpjes.blogspot.com.br/>

Para sugestões, comentários e contribuições à Elaboração do Código de Ética do Poder Judiciário, enviar email para: [eticaempauta@tjes.jus.br](mailto:eticaempauta@tjes.jus.br)

Equipe responsável pelo Indicador 25 do CNJ – Índice de Promoção de Valores Éticos e Morais da Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde do Tribunal de Justiça.

## TJs VÃO APURAR E CORRIGIR DESVIOS DE FUNÇÃO

Por unanimidade, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a tribunais de Justiça de 26 unidades da Federação a imediata instauração de processo administrativo junto às respectivas Corregedorias-Gerais de Justiça para apurar e regularizar todas as situações que envolvam desvio de função de seus servidores. Pela decisão, tomada nesta terça-feira (6/5), durante a 188ª Sessão Ordinária, os tribunais devem providenciar o retorno aos cargos de origem de todos os servidores desviados de suas funções. A mesma determinação foi proferida na 187ª Sessão Ordinária do CNJ em relação ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

A decisão desta terça-feira (6/5) foi tomada no julgamento conjunto de 26 pedidos de providência que têm o CNJ como requerente. Eles foram relatados pela conselheira Deborah Ciocci, cujo voto foi seguido pelos demais conselheiros em plenário. A motivação desses pedidos de providência, conforme o voto da relatora, é o resultado do trabalho de inspeção realizado pela Corregedoria Nacional de Justiça junto aos tribunais de

Justiça de todo o País. Nessas inspeções foram constatados casos de desvios de função de servidores, principalmente ocupantes de cargos efetivos na primeira instância requisitados para atuar no segundo grau.

Segundo o voto da conselheira Deborah Ciocci, “convém apontar que o indesejado desvio de função ocorre quando o servidor é designado para exercer, de forma não excepcional, não transitória e/ou sem contraprestação específica, atividades diversas das inseridas no rol legal das atribuições previamente determinadas e que devam ser acometidas ao titular do cargo efetivo em que foi provido. Na prática, tal desvio é o exercício de fato de funções que se enquadram em cargo diverso do qual o servidor foi formalmente investido”.

Ainda conforme o voto da relatora, “o desvio de função é ato atentatório ao princípio da legalidade, pois sua configuração provoca efeitos deletérios para a administração pública, notadamente com violação dos princípios da moralidade administrativa e da eficiência. Pode, ainda, provocar enriquecimento

ilícito para o Estado”. Para a conselheira, a administração de cada tribunal deve “conhecer a realidade de todos os setores, secretarias e varas, notadamente da primeira instância, para poder planejar e organizar sua estrutura de pessoal, tendo como prioridade as demandas originárias dos jurisdicionados, com foco na qualidade dos serviços”.

Primeiro grau – A conselheira Deborah Ciocci também ressalta o fato de o desvio de função agravar as dificuldades enfrentadas pela primeira instância do Judiciário, responsável por 90% de todos os processos judiciais em tramitação no País e sem a necessária estrutura orçamentária e de pessoal para atender a essa demanda.

“O desvio de função provoca nefasto efeito para a estrutura organizacional do tribunal, pois, além de ser prejudicial para o bom gerenciamento do primeiro grau de jurisdição, por vezes com a elevação da taxa de congestionamento processual, pode também adiar concursos públicos e novas nomeações, sendo tal ação danosa para a estratégia de gestão que o órgão necessita”, escreveu a relatora no voto.

Deborah Ciocci citou em seu despacho as ações adotadas pelo CNJ com o objetivo de racionalizar a distribuição do orçamento e da força de trabalho nos tribunais. Um exemplo é a publicação da Portaria n. 155/2013, que instituiu Grupo de Trabalho encarregado de elaborar estudos e formular propostas para implementação de uma política nacional voltada à priorização do primeiro grau de jurisdição dos tribunais brasileiros.

Ainda conforme o voto da conselheira, “brilhante trabalho vem sendo desenvolvido junto ao Processo CNJ 0007638-60.2013.3.00.0000 (Ato Normativo) no sentido de fomentar amplo debate acerca de uma proposta de Resolução sobre a distribuição da força de trabalho e de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau. Tal procedimento conta, inclusive, com importantes informações, dados, críticas e sugestões coletadas na Audiência Pública realizada nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2014”.

Agência CNJ de Notícias  
<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28439-tribunais-de-justica-de-verao-apurar-e-corriger-casos-de-desvio-de-funcao-de-servidores>

# APOSENTADORIA ESPECIAL

STF APROVA SUMULA QUE BENEFICIA SERVIDORES PÚBLICOS

Os requisitos para a aposentadoria especial dos servidores públicos, em decorrência de atividades que são “exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física” – que pode ser concedida a quem tiver trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos de trabalho – passam a ser os mesmos já previstos para os empregados de empresas privadas na Lei 8.213/91. Ou seja, funcionários públicos devem ter os mesmos direitos dos celetistas, pelo menos até que o Congresso aprove lei complementar específica para os servidores públicos, prevista da Constituição, mas até hoje não aprovada.

Para terminar com uma série de mandados de injunção com referência à mora do Legislativo, e evitar que milhares de servidores públicos dependam de ações individuais para obter tratamento idêntico aos celetistas, o plenário do Supremo Tribunal Federal aprovou na última quarta-feira (9/4), por unanimidade, a Súmula Vinculante n 33 (PSV 45), nos seguintes termos: “Aplicam-se aos servidores públicos, no que couber, as regras do regime geral de previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, parágrafo 4º, inciso 3º da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica”.

Fonte: Fesspung – PORTAL CSPB: [www.cspb.org.br](http://www.cspb.org.br)

## SERVIDOR QUE APOSENTOU ANTES DE 98 PODE TER DIREITO A ACUMULAR APOSENTADORIA

Servidor que ingressou no serviço público antes de 1998 pode ter o direito de acumular aposentadoria, caso tenha adquirido o direito ao benefício antes da promulgação da Emenda Constitucional 20, também em 1998, que modificou parte do sistema de previdência social. A decisão é do Supremo Tribunal Federal (STF) que

restabeleceu a aposentadoria por invalidez de um aposentado que recorreu à Suprema Corte, após o Tribunal de Contas da União (TCU) ter negado registro à segunda aposentadoria. Conforme o STF, o autor se aposentou por tempo de serviço em março de 1993 no cargo de agente fiscal de rendas do Estado de São Paulo. Em fevereiro de 1998, foi aposentado por invalidez no cargo de procurador da Fazenda Nacional. A segunda aposentadoria foi registrada pelo TCU em 2007, mas cassada posteriormente.

O aposentado argumentou que não

foi informado da data do julgamento do TCU e que foi diagnosticado oficialmente com cardiopatia grave em outubro de 3 1998. Segundo o advogado André Viz, o STF entendeu que o aposentado não poderia ser prejudicado pela demora na administração em reconhecer a situação e publicar a concessão do benefício: “É importante destacar que a decisão não é válida para quem se aposentou depois de 98”.

Fonte: PORTAL CSPB: [www.cspb.org.br](http://www.cspb.org.br)

### CURTAS

#### TRIBUNAL NEGA PEDIDO DO SINDICATO

O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sérgio Bizotto, negou no mês de março, reiteração do pedido da Presidente do Sindicato, Adda Maria Monteiro Lobato Machado, para a extensão do período de transição do 13º salário dos servidores, ainda que o mesmo fosse parcelado em 13 parcelas. O Presidente alegou que o TJES havia retardado o cumprimento da aplicação do art. 114 da LC 46/94 por um ano.

#### CÓDIGO DE ÉTICA

Foi criado pela Presidência do Tribunal de Justiça, o Grupo de Trabalho que vai estudar e elaborar o Código de Ética do Judiciário Capixaba. O referido código visa coibir práticas abusivas não condizentes com a atividade laboral.

#### ÚNICO REPRESENTANTE

O SINDIJUDICIÁRIO é o único representante dos servidores do Judiciário no Estado, incluindo os Oficiais de Justiça. A representatividade foi reforçada pela decisão da Presidência do TJES no Processo n.º 2012.00.061.199. Tal decisão confirma a ausência de registro sindical por parte do SINDIOFICIAIS/ES.

#### MICRORREGIÕES

Em reunião do dia 07/05/2014, com a presença da Presidente Adda Machado, da Diretora Gilceia Martins, da advogada Mônica Perin e do Secretário Geral do TJES, José de Magalhães foram definidos detalhes relativos à Resolução n.º 44 que cria as microrregiões para efeito do plantão judiciário e as modificações devem ser encaminhadas para o Pleno, com previsão de publicação até o final do mês. Agora Oficial escalado deverá permanecer no Fórum da sua microrregião à disposição do plantão da Sede das 12h às 18h, sendo devidamente remunerado.